

O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL

Alesi Silva Leite¹ (PPGD/Unit); Gabriela Penalva Costa Jonas¹ (PPGD/Unit)
Juan Francisco Espinoza Molina¹ (Orientador)
alesisilva@gmail.com; gabriela.pcj@gmail.com; juan.francisco@souunit.com.br

¹Universidade Tiradentes/Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos/Aracaju/SE.

60102004 - Direito Público; 60102055 - Direito Constitucional

RESUMO

Introdução: O acesso à água potável nas terras indígenas do Brasil, áreas legalmente reconhecidas como territórios ocupados tradicionalmente por povos indígenas, é um desafio histórico, marcado por desigualdades, precariedade de infraestrutura e impactos diretos na saúde, qualidade de vida e preservação cultural³. Para enfrentar essa realidade, a Portaria GM/MS nº 3.958 de 10 de novembro de 2022 instituiu o Programa Nacional de Acesso à Água Potável em Terras Indígenas (PNATI), com o objetivo de universalizar o acesso à água de qualidade nas aldeias através da implementação de poços artesanais¹. A motivação para criação do programa advém da baixa quantidade de acesso a água potável por parte dos indígenas, com o Censo 2022 do IBGE revelando que 51,1% dos 1.639.534 indígenas não possui acesso adequado à água potável, evidenciando a necessidade de políticas públicas nacionais que promovam equidade socioambiental². **Objetivo:** Analisar a implementação do PNATI e descrever a situação oficial do acesso à água potável e ao saneamento nas comunidades indígenas no Brasil, com base em dados do Censo 2022, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e do Ministério da Saúde, destacando as ações realizadas até 2025. **Metodologia:** A pesquisa é quantitativa e documental, utilizando dados oficiais da SESAI, IBGE e Ministério da Saúde. Foram coletados indicadores sobre abastecimento de água, cobertura de sistemas de tratamento, acesso ao esgotamento sanitário e registros de doenças de veiculação hídrica. A análise considerou os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), unidades administrativas da SESAI criadas para coordenar a atenção à saúde das populações indígenas, permitindo comparações regionais e populacionais. Métricas incluíram percentual de domicílios com água adequada, população atendida e proporção de casos de doenças relacionadas à água. **Resultados:** Conforme o Censo 2022, 0,83% da população total da população brasileira é indígena. Desse percentual, temos que 51,1% não possuía acesso adequado à água potável². Entre 2022 e 2025, o PNATI implantou 219 sistemas de abastecimento de água, abrangendo todos os 34 DSEIs, objetivando a ampliação do acesso à água potável de forma estruturada e atingir 95% dessa população nos próximos 20 anos¹. Quanto ao esgotamento sanitário, 58% dos domicílios indígenas têm acesso inadequado e 32% não possuem qualquer acesso a saneamento⁴. Em 2024, cerca de 2.700 indígenas foram internados por doenças relacionadas à água e saneamento inadequados. O programa também promove capacitação local e controle social, fortalecendo a participação comunitária na gestão e monitoramento dos sistemas. **Conclusão:** O PNATI representa um avanço importante, reconhecendo a água potável como direito fundamental e componente da justiça socioambiental. Embora os efeitos quantitativos sobre o aumento do acesso ainda não tenham sido publicados, a implantação de sistemas e a participação comunitária demonstram ações estruturadas para reduzir desigualdades. Para alcançar a universalização, é essencial manter investimentos contínuos, fortalecer a participação indígena, integrar políticas de saúde e saneamento e respeitar as especificidades culturais de cada povo. O acesso à água potável é condição para garantir dignidade, autonomia, preservação cultural e equidade histórica aos indígenas do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Água potável; saneamento básico; saúde indígena.

ABSTRACT

Introduction: Access to drinking water in Indigenous lands in Brazil—areas legally recognized as territories traditionally occupied by Indigenous peoples—has been a long-standing challenge marked by inequality, inadequate infrastructure, and direct impacts on health, quality of life, and cultural preservation³. To address this issue, Ordinance GM/MS No. 3,958 of November 10, 2022, established the *National Program for Access to Drinking Water in Indigenous Lands* (PNATI), aimed at universalizing access to quality water in villages through the implementation of artesian wells¹. The motivation behind the creation of the program stems from the low levels of access to drinking water among Indigenous populations. According to the 2022 Census by IBGE, 51.1% of the 1,639,534 Indigenous people in Brazil do not have adequate access to drinking water, highlighting the urgent need for national public policies that promote socio-environmental equity². **Objective:** To analyze the implementation of PNATI and describe the official situation of access to drinking water and sanitation in Indigenous communities in Brazil, based on data from the 2022 Census, the *Special Secretariat of Indigenous Health* (SESAI), and the Ministry of Health, emphasizing the actions carried out up to 2025. **Methodology:** This research is quantitative and documentary, using official data from SESAI, IBGE, and the Ministry of Health. Indicators were collected on water supply, treatment system coverage, access to sewage systems, and records of waterborne diseases. The analysis considered the *Special Indigenous Health Districts* (DSEIs)—administrative units of SESAI created to coordinate healthcare for Indigenous populations—allowing for regional and population-based comparisons. Metrics included the percentage of households with adequate water, population served, and the proportion of water-related disease cases. **Results:** According to the 2022 Census, 0.83% of Brazil's total population identifies as Indigenous. Of this percentage, 51.1% lacked adequate access to drinking water². Between 2022 and 2025, PNATI implemented 219 water supply systems, covering all 34 DSEIs, with the goal of expanding structured access to drinking water and reaching 95% of this population within the next 20 years¹. Regarding sanitation, 58% of Indigenous households have inadequate access, and 32% have no access to sanitation at all⁴. In 2024, approximately 2,700 Indigenous individuals were hospitalized due to diseases related to poor water and sanitation conditions. The program also promotes local capacity building and social oversight, strengthening community participation in the management and monitoring of water systems. **Conclusion:** PNATI represents a significant advancement by recognizing access to drinking water as a fundamental right and a component of socio-environmental justice. Although quantitative results regarding the increase in access have not yet been published, the implementation of water systems and community engagement demonstrate structured efforts to reduce inequalities. To achieve universal access, it is essential to ensure continuous investment, strengthen Indigenous participation, integrate health and sanitation policies, and respect the cultural specificities of each people. Access to drinking water is a condition for ensuring dignity, autonomy, cultural preservation, and historical equity for Indigenous peoples in Brazil.

KEYWORDS: Basic sanitation; Drinking water; Indigenous health.

REFERÊNCIAS/REFERENCES:

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Programa Nacional de Acesso à Água Potável em Terras Indígenas – PNATI**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/lançado-programa-para-ampliar-acesso-à-agua-potavel-aos-indigenas>. Acesso em: 17 out. 2025.

2 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mais de um milhão de indígenas vivem em condições de precariedade de saneamento**. Agência de Notícias, 4 out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41482-mais-de-um-milhao-de-indigenas-vivem-em-condicoes-de-precariedade-de-saneamento>. Acesso em: 17 out. 2025.

3 SESAI – SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA. **Relatório Técnico nº 1/2023: Saúde dos Povos Indígenas e Acesso à Água Potável**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agendamais.org.br/wp-content/uploads/2023/06/ieps-boletim01-saude-povos-indigenas.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

4 TRATA BRASIL. **Acesso à água evolui pouco nos últimos anos e população indígena é a mais afetada pela ausência do recurso**. 24 set. 2024. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/acesso-agua-populacao-indigena-mais-afetada/>. Acesso em: 17 out. 2025.